

IDENTIDADES SUBTRAÍDAS: GRUPOS ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NEGROS GAÚCHOS

SUBTRACTED IDENTITIES: ETHNIC-RACIAL GROUPS IN THE FORMATION OF BLACK TERRITORIES IN RIO GRANDE DO SUL

IDENTIDADES SUSTRÁIDAS: GRUPOS ÉTNICO-RACIALES EN LA FORMACIÓN DE LOS TERRITORIOS NEGROS DE RIO GRANDE DO SUL

Lilian Soares da Silva¹

RESUMO

O processo histórico do Brasil é marcado por identidades subtraídas de grupos étnico-raciais na formação dos territórios negros gaúchos, bem como, as trajetórias e nomenclaturas e municípios brasileiros tem o apagamento de suas narrativas negras, dos movimentos quilombolas e territorialidade étnica. A pesquisa apresenta um panorama do território gaúcho com sua presença negra em lugares, pontos turísticos e nas cidades, que por ora (des)conhecem todo o marco e capital simbólico do contexto local, regional e global. Primeiramente, o aporte teórico metodológico é oriundo de pesquisas acadêmicas para o Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura, perpassando por uma narrativa familiar e na presença étnico-racial oriunda das populações indígenas e negras. Para finalizar, estas são pesquisas preliminares que desenvolver-se-ão em documentos históricos e cartográficos sobre a territorialidade gaúcha e antagonizando com processos individuais e coletivos.

Palavras-Chave: História (Brasil – Rio Grande do Sul). Territorialidade negra. Identidade. Narrativas.

1 Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Pós Graduada em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio (2019), Pós-Graduada em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2016) e Graduada em Gestão de Turismo (2013) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Especialização Técnica de Guia em Turismo (2015) pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN/SP - (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC - UNIABC - (2008). Auxiliar Técnica de Educação e Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo (SME/SP).

ABSTRACT

The historical process of Brazil is marked by identities subtracted from ethnic-racial groups in the formation of black territories of Rio Grande do Sul, as well as, the trajectories and nomenclatures and Brazilian municipalities have the erasure of their black narratives, the quilombola movements and ethnic territoriality. The research presents an overview of the gaúcho territory with its black presence in places, sights, and cities, which for now (un)know all the landmark and symbolic capital of the local, regional, and global context. Firstly, the theoretical-methodological contribution comes from academic research for the Doctorate in Education, Art, and Cultural History, going through a family narrative and the ethno-racial presence coming from the indigenous and black populations. To conclude, these are preliminary research that will develop in historical and notarial documents about the gaúcho territoriality and antagonizing with individual and collective processes.

Keywords: History (Brazil - Rio Grande do Sul). Black territoriality. Identity. Narratives.

RESUMEN

El proceso histórico de Brasil está marcado por las identidades sustraídas de los grupos étnico-raciales en la formación de los territorios negros de Rio Grande do Sul, así como, las trayectorias y nomenclaturas y los municipios brasileños tienen el borrado de sus narrativas negras, los movimientos quilombolas y la territorialidad étnica. La investigación presenta una visión general del territorio gaúcho con su presencia negra en lugares, monumentos y ciudades, que por ahora (des)conocen todo el hito y el capital simbólico del contexto local, regional y global. En primer lugar, el aporte teórico-metodológico proviene de la investigación académica del Doctorado en Educación, Arte e Historia de la Cultura, pasando por una narrativa familiar y la presencia étnico-racial proveniente de la población indígena y negra. Para concluir, se trata de investigaciones preliminares que se desarrollarán en documentos históricos y notariales sobre la territorialidad gaúchesca y el antagonismo con los procesos individuales y colectivos.

Palabras Clave: Historia (Brasil - Rio Grande do Sul). La territorialidad negra. La identidad. Narraciones.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira e o contexto social da população negra são um tema recente e latente na sociedade contemporânea, no qual, os territórios negros estão reivindicando, lutando e resistindo para sua história, memória e narrativas contem sobre nós e de nós para as nossas crianças, jovens e adultos. Por um lado, a historiografia por distintos olhares e posições desde a vinda dos escravos há estudos e registros, mas o que não há recente são estudos da inserção das Comunidades Quilombolas como

matrizes territoriais de resistência e guarda de suas tradições e sobrevivência cultural por intermédio de documentos. Por outro lado, de geração em geração, de família em família, com trajetórias próprias e singulares em cada território, mas que são pautadas na resistência do processo escravocrata de séculos e séculos, na luta antirracista e da hegemonia das elites, na valorização e no empoderamento da sua história, do seu lugar de fala e da potencialidade identitária, que por muitos foi negada, apagada e subtraída dos estudos, pesquisas acadêmicas e dos livros didáticos:

Paragógicamente, el aniquilamiento de la identidad ancestral afrobrasileña ocurre en el marco de la exaltación de su capital simbólico. Esta novedad tiene que ver con la legitimación que recibió el multiculturalismo desde finales del decenio de 1980. Junto con los de los indígenas, los movimientos políticos de los afrodescendientes están involucrados de manera activa en el desarrollo y consolidación de derechos humanos de tercera generación: titulación comunitaria y colectiva de territorios ancestrales, educación bilingüe e intercultural, salvaguardia de modos de producción que garantizan la sustentabilidad ambiental, y circunscripciones electorales especiales.

AROCHA, 2004, p. 100.

O processo identitário étnico racial permeia das diversas fases da vida do Ser Humano começando pelo nascimento até o envelhecimento. Envelhecimento este que não representa a finitude do sujeito, mas as transformações, (re)constituições de si e do outro. Processo que, Jaime Arocha (2004, p.100) representa o “el aniquilamiento de la identidad ancestral afrobrasileña ocurre en el marco de la exaltación de su capital simbólico”, isso significa que a formação do indivíduo e da população negra é pautada nos “los derechos étnico-territoriales y políticos de las «comunidades negras” (ibidem). Território, não apenas físico ou geográfico, mas as subjetividades da identidade, da formação histórica do país e suas influências diretas e indiretas no contexto local, regional e global.

Paralelamente, o artigo apresentará a compilação de territórios negros no Brasil que retratam a negritude e a presença negra do Oiapoque ao Chuí, nas localidades e regiões brasileiras ditas como de descendência europeia – como Sul – ou indígena – Norte -, mas que os grupos étnicos e raciais do país se constituíram de agrupamentos, de deslocamentos e de permanências. Permanências que são visíveis pela genealogia das famílias nas Comunidades Remanescentes de Quilombo, nas propriedades privadas dos centros urbanos e rurais com as casas de vários núcleos familiares

no mesmo terreno, as Irmandades, Associações ou Grupos Culturais que transformaram com a globalização, mas se mantem firme em suas raízes e origens. Origens que muitas vezes, são e estão desconhecidas de grande parte da população autóctone, que não conhece ao seu bairro, a sua cidade e seu país, mas em contrapartida tem carimbos e mais carimbos em seu passaporte.

O Brasil é formado por um território federativo composto de vinte e seis (26) estados e o Distrito Federal, no qual, cada localidade geográfica e regional tem as suas especificidades e singularidades. Peculiaridades que não apenas os contextos históricos que o constituíram, inicialmente como aldeamentos indígenas, depois jesuíticos, dos Quilombos rurais e urbanos, das Vilas, dos distritos e das cidades constituídas de processos que narram um passado e um presente, seja na paisagem urbana e rural, seja nas memórias dos monumentos e na arquitetura local e regional, seja na gastronomia e nos gêneros alimentícios produzidos e consumidos e assim sucessivamente.

Importante ressaltar, neste ponto que a educação e o turismo têm um papel fundante na difusão dos conhecimentos, pertencimentos e empoderamento identitário e étnico-racial dos indivíduos, considerando-se os autóctones ou “outsiders”, nomenclatura de Carlo Ginzburg para denominar os indivíduos que são “de fora”. Esse “de fora” entre aspas representa a pessoa que não é nascida ou criada – como se diz na Bahia –, mas aquele que tem uma construção e laços familiares já estabelecidos com o território, ainda assim não é um membro originário daquela comunidade:

Nesse processo de formação dos Estados é que reside a importância da nacionalidade enquanto narrativa acerca de laços culturais, orgânicos e característicos de um determinado povo, que se assenta sobre um determinado território e é governado por um poder. [...] A incorporação deste novo mundo depende do surgimento de novas identidades que se materializarão na língua, na religião, nas relações de parentesco, nos sentimentos, nos desejos e nos padrões estéticos. Tais elementos criam o imaginário social de unidade nacional de pertencimento cultural que vincula identidades individuais e coletivas, comunidade e Estado.
ALMEIDA, 2019, p. 61.

É evidente que “enquanto narrativa acerca de laços culturais, orgânicos e característicos de um determinado povo, que se assenta sobre um determinado território e é governado por um poder” (ALMEIDA, 2019, p.61), poder que legitimou a superioridade das raças e inferioridade dos

grupos étnicos raciais. Ora com estudos biológicos e científicos pautados na medição do crânio humano, ora no *habitus* considerado selvagem aos costumes europeus, ora por sua singularidade da cor na pele, essas e tantas outras pesquisas científicas e estudos de caso no Brasil e no mundo poderiam ser mencionados para um panorama da formação étnico racial brasileira e na constituição de uma identidade nacional.

Em outro momento, o autor Silvio Almeida aborda em seu livro que “o nacionalismo preenche as enormes fissuras da sociedade capitalista, afastando a percepção acerca dos conflitos de classe, de grupos e, em particular, da violência sistemática do processo produtivo” (ALMEIDA, 2019, p; 61) e, logo, “isso não significa que o nacionalismo – e seu derivado, o racismo – tenha sido concebido com a função de acobertar a violência econômica” (ibidem).

Nessa perspectiva, a compreensão do nacionalismo e da nacionalidade intrínseca nos indivíduos e no coletivo é mais evidente em um ou outro estado, ora por reconhecer-se e valorizar toda a sua história como preservação das narrativas e de todas/todos que os constituíram. Assim como, a educação implementada nas unidades escolares desde a Educação Infantil, no qual, as crianças são inseridas nas tradições, nos costumes e nas festividades regionais desde os primeiros anos de vida, onde a vivência e a experiência de convívio social e familiar contribuirá para o empoderamento, o lugar de fala, o pertencimento identitário. Identidades essas que, perpassam de geração em geração, das mais velhas e dos mais velhos aos mais novos, da observação, da conversa com o chimarrão na roda, das cadeiras sentadas na porta ao final da tarde, de caminhar na Avenida Bento Gonçalves aos finais de semana, de passear pelo calçadão da Andrade Neves ou tantos outros momentos que retratam a cultura pelotense transmitida por meus familiares. Cultura essa que vivenciei desde pequena na casa dos meus avós e tios/tias maternos, onde sair para a Avenida e comer um lanche era uma atividade muito valorizada, seja pelo momento em família, seja poder locomover-se pela cidade.

Coadunando com Pierre Bourdieu e o conceito de *habitus* apresentado no livro “Pierre Bourdieu: os conceitos fundamentais” editado por Michael Grenfell, teremos que:

Para Bourdieu revelar o funcionamento interno dos hábitos é um tipo de ‘socioanálise’, uma forma política de terapia que permite que os atores compreendam mais completamente seu lugar no mundo social. Entretanto, a relação entre o *habitus* e o mundo social nem sempre é simplesmente uma relação de graus de encaixe ou confronto – eles podem

‘sair de sintonia’. Por suas disposições serem incorporadas, o habitus desenvolve um ímpeto que pode gerar práticas ainda por algum tempo depois das condições originais que o moldaram terem desaparecido. GRENFELL, 2018, p. 86.

O confronto e o encaixe é uma forma de organização social e de convivência na sociedade contemporânea e histórica, nas quais os processos históricos e a formação de si e do ser humano participam e impactam na construção dessa sociedade, independentemente de qual território estamos delimitando. Limites esses que, por ora são geográficos, visto que, o artigo tem como objetivo o território gaúcho, como objeto de pesquisa. Pesquisas essas desenvolvidas partindo do lugar de fala, de referências e teorias bibliográficas, que expandiram-serão com o trabalho de campo no Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura.

Doutorado esse em processo de pesquisas virtuais e levantamento de fontes primárias, que com a Pandemia não é possível um trabalho *in loco* e presencial no território. Todavia, este problema de/na pesquisa é mais um adendo e motivação para a continuidade dos estudos e processos que são construídos de acordo com as cosmologias do tempo, que não são nossas decisões ou liberdades, *a priori*, mas o cosmo que direciona e mostra-nos as descobertas e caminhos a serem trilhados para alcançarmos os objetos acadêmicos e, principalmente no revelar-se familiar, coadunando com o território da coletividade gaúcha.

1 Grupos sociais: territórios negros no sul do Brasil

A invisibilidade ou opacidade da questão racial no pensamento das elites intelectuais é especialmente problemática no Brasil, porque há um legado insofismável da dominação branca sobre indígenas e negros ao longo de cinco séculos. Quase a metade de todos os seres humanos às Américas por meio do tráfico Atlântico (cerca de quatro milhões) foi trazida para o Brasil; fomos à última nação da América a extinguir a escravidão, e, diferentemente de outras nações e sociedades nas Américas, a participação negra ocorreu desde os primórdios da colonização, esteve presente em todo o território nacional sendo alargamento majoritária em algumas regiões, e “sua cultura” tornou-se referência fundamental da identidade nacional – Joel Rufino dos Santos fala da cultura Negra como “núcleo pesado” da cultura popular brasileira. A questão racial – ou seja, o contencioso das relações raciais com suas múltiplas e, algumas vezes, irredutíveis ilações, conotações e conexões – é, portanto,

liminar na trajetória de constituição da nação, do Estado e da identidade nacional, ao mesmo tempo, que dos campos científicos e teorizações que pretendem interpretar esse processo. PEREIRA, 2008, p.75.

O território negro do sul do Brasil é compreendido com a identidade oficial do gaúcho, da descendência europeia, seus traços brancos e quando, evidenciada toda a trajetória dos movimentos negros, as irmandades e os clubes culturais na região são desconhecidos esse processo historiográfico regional. Processo que, coadunando com a afirmação de Silvío Almeida (2019), no livro *Racismo Estrutural*, é apresentado, por outro lado, historicamente:

O espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de objeto filosófico, o homem passou a ser objeto científico. A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade 1. humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão, Arthur de Gobineau recomendou evitar a “mistura de raças”, pois o mestiço tendia a ser o mais “degenerado”. Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, [...] conseqüentemente, ao neocolonialismo, que resultou na invasão e divisão do território da África, nos termos da Conferência de Berlim de 1884. Ideologicamente, o neocolonialismo assentou-se no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento. ALMEIDA, 2019, p. 20.

No trecho supracitado, a narrativa apresenta os processos históricos perpetuados ao longo dos séculos de estudos e pesquisas sobre a população negra, em que hoje já são refutados por historiadores, antropólogos e estudiosos decoloniais e descoloniais, com o viés da afrocentricidade ao invés do eurocentrismo, da valorização e do empoderamento negro ao invés da inferiorização da raça por sua tonalidade de pele, local de origem ou ét-

nica. Outros referenciais poderiam ser incluídos, quando dos estudos sobre o Darwinismo e a medição dos crânios da população negra para a comprovação científica de sua inferioridade, ou do tráfico forçado e o apagamento das memórias com voltas aos pés do Baobá, ora pela queima dos documentos históricos por Rui Barbosa, do pertencimento étnico racial de algumas personalidades negra, que antes eram compreendidas como brancas, Lima Barreto, Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga e entre outras e outros que lutaram, resistiram e propiciaram para que estivéssemos hoje aqui.

Sociedade essa que, ainda tem muitos aprendizados com as filosofias africanas, indígenas e afrodiáspóricas, que nos ensinam sobre a cosmologia do mundo e da natureza, que por ora vivem e sobrevivem em uma lógica ocidental, taxonômica e estereotipada.

Com relação a origem e pertencimento identitário:

A partir dos anos 1950, o poder público estadual adota como oficiais a imagem do “gaúcho” e os símbolos atrelados a ela (hino farroupilha, pilcha, Semana Farroupilha, chama crioula), fomentando o gauchismo como discurso oficial (SALAINI & GRAEFF, 2011, pp. 183-184). O destaque ao gauchismo como identidade oficial promove a secundarização e até invisibilização de outras narrativas culturais. VIEIRA, 2017, p. 75.

A tradição gaúcha em suas festas e cultura popular é marcante, desde a tenra idade, com os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que estão localizados em vários estados do Brasil como Bahia (Salvador – bairro da Boca do Rio), São Paulo (Capital - bairro do Limão; São José dos Campos – bairro do Torrão de Ouro), Rio de Janeiro (Santa Cruz), Brasília e entre outros. Este espaço é uma representação da territorialidade, da preservação e da manutenção da cultura tradicional, quando afirma a violinista do CTG Bugres “quem vive o tradicionalismo tem muito mais a questão da família, da valorização do grupo em que está, isso é muito interessante, o fato de que, aqui (CTG), as pessoas contam muito mais umas com as outras do que lá fora” (SOUZA, 18/09/2019. In: GZH, 2019). Tocando ainda sobre a identidade gaúcha, os trajes utilizados nas festividades também são marca do discurso oficial e tradicional como as prendas e os peões, no qual, as mulheres usam vestidos longos e os homens, camisas longas, lenço, botas e a bombacha, que são presenciadas nos diferentes CTGs do país.

Um outro exemplo da territorialidade negra é a cidade de Porto Alegre apresentada na Dissertação de Mestrado da pesquisadora Daniela Machado Vieira (2017):

A presença negra é conhecida na cidade de Porto Alegre/RS desde o período colonial até a atualidade. As estatísticas populacionais, os relatos dos viajantes e cronistas, as pesquisas referentes aos séculos XVIII, XIX e XX demonstram que a população negra, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sempre foi relevante. Seja pela residência, trabalho ou realização de práticas culturais, a presença negra foi sendo marcada no espaço físico e simbólico porto-alegrense. [...] No final do século XIX, com a abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889) há uma intensa reorganização territorial na área central e a população empobrecida, na sua maioria negra, se desloca para os arraiais ou arrabaldes, localizados no entorno. [...] Estes espaços se consolidaram pela concentração de famílias negras e pelas práticas culturais aí desenvolvidas, nomeadamente o batuque e o carnaval, transformando-se em territórios negros. VIEIRA, 2017, p.75.

A capital do Rio Grande do Sul tem uma presença negra marcante como ressaltado pela pesquisadora, que com a expansão da cidade também se promove o apagamento e a transformação dos territórios, seja pelo deslocamento ou retirada da população local, seja pelo estabelecimento de outras habitações de alto padrão, instalação de empresas e impactos advindos da urbanização.

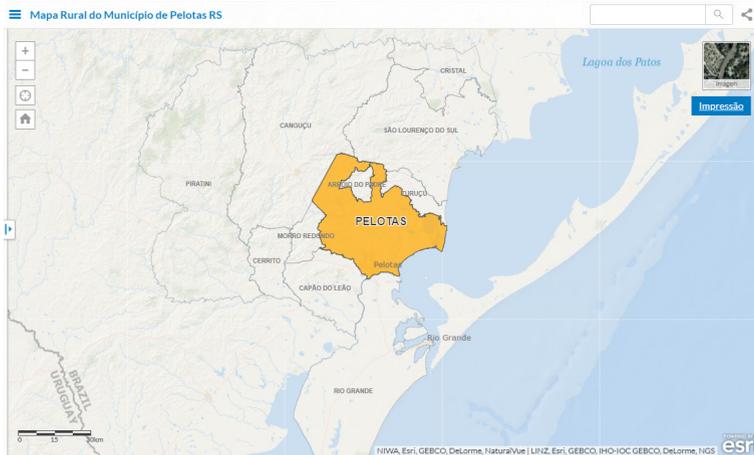
Urbanização essa que também reflete na cidade de Pelotas, território negro familiar e de convivências, mas que a pouco revelando-se por toda a sua ancestralidade negra, até então desconhecida por mim. Prova disso, é

Pelotas é uma cidade localizada no Sul do Rio Grande do Sul, à beira da Lagoa dos Patos, foi local de entrada dos navios que traziam pessoas escravizadas para a região. Com as paredes dos casarões históricos levantadas por mão de obra escravizada, tornou-se capital do charque e “exportadora nacional de viados”. Conhecida como a “Princesa do Sul” e por ser a segunda cidade mais úmida do mundo, construiu sua identidade em cima das narrativas da época do charque. Ainda hoje é representada por um imaginário pautado nos doces finos, casarões e charqueadas do século 19. Mas essa também é uma cidade negra, formada por tantas casas de religiões de matrizes africanas, a dita cidade gay, que carrega nos seus patrimônios mais esterilizados possíveis, as marcas de seus excluídos/as/es (comunidades negras, comunidades de periferia, mulheres, LGBTI+s, etc) (GEEUR, 2020).

Nesta citação do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é possível constatar as identidades e pertencimentos étnico-raciais taxonômicos da população negra e, paralelamente a visão difundida por outros territórios como “Princesa do Sul”, o “imaginário pautado nos doces finos’, que são comercializados pela Fena-doce (festa tradicional) e vendido o ano todo, assim como os famosos doces cristalizados da Tia Zilda produzidos no bairro do Fragata, ou, as bolachas Zezé em sua fabrica instalada há anos no bairro do Areal.

Realizando uma localização geográfica e territorial de Pelotas, está a aproximadamente 250 Km da capital Porto Alegre, com uma viagem de duração média de duas a três horas de carro e, em seu entorno, teremos a cidade de São Lourenço do Sul, Canguçu, Morro Redondo, Cerrito, Piratini, Capão do Leão e Rio Grande.

Mapa 1: Entorno geográfico de Pelotas/RS.

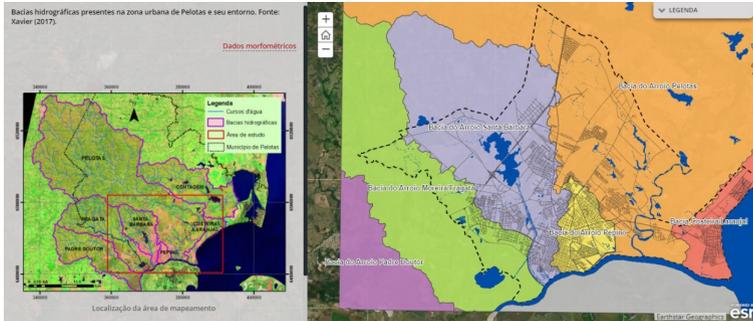


Fonte: Arcgis, 2021.

A cidade cresceu-se margeando o Canal de São Gonçalo, a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos. Lagoa essa conhecida pela Praia do Laranjal, onde é possível encontrar uma colônia de pescadores (Colônia Z3), ou a praia do Barro Duro, onde tradicionalmente em 2 de fevereiro ocorre a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes ou Iemanjá para as religiões de matriz africana.

Conforme apresentado no mapa, destacando-se as bacias hidrográficas em seu território, como Bacia do Arroio Pelotas, Bacia do Arroio Santa Barbara, Bacia do Arroio Moreira/Fragata, Bacia do Arroio Padre Doutor, Bacia do Arroio Pepino e Bacia Costeira/Laranjal:

Mapa 2: Bacias hidrográficas da zona urbana de Pelotas/RS.



Fonte: Prefeitura de Pelotas, 2021.

O presente destaque para as bacias hidrográficas focando para o sistema escravista a o tráfico africano de escravizados para o Brasil, a cidade também era um dos territórios da exploração de mão de obra negra. Mão de obra que, sua identidade no bairro conhecido como Passo dos Negros, região do Porto, no qual:

O Passo dos Negros é uma comunidade periférica localizada em Pelotas, às margens do canal São Gonçalo. Trata-se de um local de grande importância para a cidade, pois foi o primeiro aldeamento da região, onde localizava-se o primeiro porto da cidade de Pelotas, um importante ponto para a travessia de gado (Caminho das Tropas) e comercialização de pessoas escravizadas. Em outro momento ali esteve um dos maiores engenhos de arroz da América do Sul. A localidade representa um lugar de luta e resistência negra ao longo do tempo. (SILVEIRA; ALFONSO; CRUZ, 2020, p. 1)

Em outra perspectiva dos estudos afrocentrados no Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da UFPel, ressaltando que o Passo dos Negros “é um desses territórios que se constrói e reconstrói, por meio de várias histórias, narrativas e memórias” (GEEUR, 2020). Narrativas que, historicamente poderiam ser subtraídas as suas identidades por meio da expansão urbana, onde antes “na época das charqueadas, o Passo dos Negros, foi um importante porto. Local de travessia do gado, de fiscalização, de cobrança de impostos e de comercialização de pessoas escravizadas. Também foi muito importante na época do arroz” (ibidem), hoje é o território de um grande empreendimento de alto padrão.

Territorialidade essa que, em outro momento histórico, do presente e do passado se entrecruzam:

Passo dos Negros foi porta de entrada do gado oriundo dos Campos Neutrais e Maldonado, e do negro escravo africano, desembarcado dos navios negreiros na barra do Rio Grande. Tanto o gado como a escravaria, ultrapassavam o canal no lugar de travessia a vau, palco de grandes acontecimentos históricos. Logo que estabelecidas as primeiras charqueadas, penetrava a tropa, de criação riograndense e platina, pelo lugar do São Gonçalo “onde se abre a boca do seu tributário, o chamado arroio Pelotas”. A Coroa, para evitar contrabando, tanto de gado como de negros escravos (considerado mercadoria valiosa), instituiu no conhecido Passo do Neves, um imposto de passagem. O local mudou de nome pela jocosidade popular para Passo Rico em razão do fabuloso rendimento proveniente do fisco. LEÓN, 2001.

Anteriormente, um processo de ganhos financeiros vantajosos pela comercialização do charque e da passagem das carruagens deram nome ao local, hoje, parte desse território é local de um condomínio de alto padrão na cidade, ou seja, a história se repete. A história tem vertentes e narrativas que ao investigar-se todos os indícios e vestígios é possível montar um quebra cabeça de uma ressignificação dos patrimônios culturais, materiais e imateriais dos indivíduos, da coletividade e dos territórios.

Sob essa optica, é evidenciada pela exposição virtual da UFPel intitulada Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas, que “o patrimônio de uma cidade deve reconhecer muitos grupos, sem privilegiar alguns, deve valorizar diferentes temporalidades e espacialidades. Patrimônio sem gente não faz sentido!”. (GEEUR, 2020). Por outro lado, o patrimônio material e imaterial dos territórios negros está na oralidade e em narrativas cotidianas, nas festas tradicionais, na linguagem e no convívio social estabelecido pelos laços de parentesco, na comercialização de produtos e nos deslocamentos entre um e outro agrupamento. Assim como, destaca-se a migração de Canguçu para Pelotas de meu avô materno, quando o Sr. Clovis (um dos meus tios-avôs) diz que não se lembra da cidade de Canguçu por ter saído com 6 anos de idade, carregado junto com os pais para Pelotas, então não tem memórias ou lembranças desse território, Em contrapartida, um de seus irmãos mais velho (Jerônimo - 80 anos), recentemente este em sua cidade natal para encontrar pessoas ou locais que ainda tinha em sua memória, (re)viver um passado distante, presente e vivo em suas recordações, mas que ao deparar-se com o contexto atual e da cidade não conseguiu encontrar ninguém de sua época.

Outra narrativa sobre Canguçu também, foi quando meu avô João, em seu aniversário - 13 de abril - não me recordo o ano, resolveu que não queria festa e nenhuma comemoração e sumiu o dia todo, assim como, o

ditado: “ninguém sabe, ninguém viu”. De manhã cedo, ele saiu de casa, já anoitecia e ele não havia retornado, todos preocupados, minha mãe e meu tio já estava a caminho do aeroporto de São Paulo, quando recebemos uma ligação dizendo: - Ele chegou. Chegou e onde estava? e a resposta foi categórica: - Não queria festa, então sai e fui para Canguçu.

Na época esse relato não foi relevante e ninguém o questionou, por que havia retornado as suas origens? O que ele tinha feito durante todo o dia? O que ele queria saber? Lembrar ou viver de seu passado? Passou, e perdemos uma grande oportunidade de histórias e memórias conhecer de sua, da nossa e da minha ancestralidade.

Já, ampliando-se para o território de Santa Catarina, também é um reduto da cultura negra em sua singularidade com as Comunidades Remanescentes de Quilombo retratadas no Boletim informativo “Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras” por intermédio do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações interétnicas (NUER) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentando que:

Os movimentos quilombolas e os levantamentos oficiais indicam que o número de comunidades remanescentes de quilombos permanece ainda relativamente desconhecido, mas sempre crescente” e abrangendo novas modalidades. Em conformidade com as estimativas disponíveis verifica-se uma tendência ascensional com os totais sendo acrescidos a cada nova iniciativa de cadastramento. O próprio folder do MDA sobre o Programa de Ação Afirmativa intitulado “Quilombolas”, reitera que os dados oficiais apontam 743 áreas de comunidades remanescentes de quilombos com 30 milhões de hectares e complementa a possível subestimação do seguinte modo: “No entanto, estimativas não-oficiais admitem a existência de mais de 2 mil comunidades.” Ainda que se possa dizer que o procedimento de “cadastrar” envolve todo um conjunto de noções que exige análise. NUER, 2005, p. 23.

O projeto de mapeamento do NUER concentra-se os estudos no território de Santa Catarina, onde primeiramente o número inicial de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) era bem inferior, ao levantamento de dados *in loco*. Assim como, datavam em 2005, um quantitativo de aproximadamente 2.000 comunidades quilombolas e, hoje com os dados oficiais da Fundação Cultural Palmares (FCP)² divulgado em 05 Fevereiro de

2 Para maiores informações sobre as certificações quilombolas e os dados atualizados das RIHGRGS, Porto Alegre, n. 161, p. 103-123, dezembro de 2021.

2021, teremos um total de 3.467 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), somente 2.807 certificadas pela FCP, distribuídas em todo território nacional, onde é possível constatar majoritariamente a região Nordeste com 2.192 CRQ's, seguida 543 CRQ no Sudeste, 369 na região norte, 193 na região sul e, 169 no centro oeste do país.

Durante o processo de mapeamento das Comunidades Quilombolas ou territórios negros como mencionados nas publicações, vários conceitos e perspectivas foram ampliando-se com o trabalho de campo e as pesquisas, sendo que, primordialmente:

A territorialização étnica, por um lado, apresentou-se como a forma social da segregação e, por outro, tendo como sua contraface, um conjunto de mecanismos defensivos e de resistência ao racismo. O conceito de território negro emergiu como um procedimento politicamente engajado de fazer antropologia, no sentido de melhor compreender, de destecer a malha do sistema de relações tomadas como “raciais”- cuja feição situou os africanos e depois os seus descendentes como gente “da raça”. O território negro, construído na resistência ao racismo, consubstanciou um modo de solidariedade, de experiência existencial e identitária dos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil. NUER, 2005, p.47.

Em suma, o pertencimento étnico-racial e identitário é fundante nas pesquisas acadêmicas, do desenvolvimento nos projetos de mapeamento, nas cartografias ou geografias históricas e nas diferentes áreas do conhecimento. Conhecimento este que, não está na Academia, mas está no Ser Humano, na sua constituição como indivíduo e coletivo, nas ações sociais e em sociedade e, por perspectivas que agregam valores, comportamentos e a ética no decorrer das trajetórias e narrativas relatadas. Narrativas essas que, apontam para o lugar de fala – como apresenta a autora Djamila Ribeiro³ – e, assim apresento o meu lugar de fala e o meu território

comunidades certificadas, podem ser consultados nas certidões expedidas as comunidades remanescentes de quilombos, disponível no site http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551.

3 Antes de chegarmos ao que se entende sobre o conceito de lugar de fala propriamente dito, é importante falarmos dos percursos de luta e intelectuais de mulheres negras durante a história. A escolha por Sojourner Truth não é aleatória. Ao contrário, serve para nos mostrar que desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos. Nascida em um cativeiro em Swartekill, em Nova York, Isabella Baumfree decidiu adotar o nome de Sojourner Truth a partir de 1843 e tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em decorrência de suas causas, em 1851, participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron,

na finalização dessa produção acadêmica.

Para concluir, os territórios negros no Sul do país, apresento a cidade de Pelotas/RS. Cidade natal de minha família materna, com descendência indígena (bisavô – Julio Souza) e portuguesa (Tataravô Antônio). Com relação as mulheres exerciam a profissão de lavadeira e costureira (Tataravó – Silvina Santos), benzedeira e cozinheira (Bisavó Noemia Santos Souza) e, cabeleira e do lar (Avó – Therezinha Souza Soares).

POESIA PRA QUEM?

A poesia é um texto para quem,
para quem se dispuser a ler e para quem se interessar a ler.
A poesia é...
A poesia é uma memória, um relato, uma experiência.
uma memória de algo bom ou doloroso,
um relato de alguém,
uma experiência de uma situação.
A poesia é...
A poesia é uma contação de algo que ninguém escreveu ou
apenas leu.
A poesia pode...
pode dizer, pode contar, pode narrar.
A poesia irá apresentar...
Apresentar as mulheres negras que nos fizeram nascer,
as mulheres negras que nos fizeram escolher,
as mulheres negras que nos deram o direito de dizer.
Elas foram as precursoras dos movimentos sociais negros e,
nos impuseram prosseguir.
Prosseguir como uma meta a se dirigir.
Dirigir para evoluir.
Evoluir para se seguir.
A autoria própria (SILVA, 2017, p. 53. In: SISTHERHOOD,
2017).

Desconhecia a cidade com sua historicidade negra tão presente e marcada nos monumentos e praças públicas, assim como a existência de Comunidades Negras Rurais e Aldeamentos Indígenas na região. Prova disso é “no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, no local do Chafariz

em Ohio, nos EUA, onde apresentou seu discurso mais conhecido denominado “E eu não sou mulher?” Tal discurso, feito de improviso, foi registrado por Frances Gages, feminista e uma das autoras do grande compêndio de materiais sobre a primeira onda feminista, denominado *The History of Woman Suffrage*, porém, a primeira versão registrada foi feita por Marcus Robinson, na edição de 21 de junho de 1851, no *The Anti-Slavery Bugle*. (RIBEIRO, 2019, p.15)

que conhecemos atualmente como Fonte das Nereidas existiu um Pelourinho. Ao ser substituído o pelourinho pela fonte deparamo-nos com uma ação que contribuiu com o entender apagamento da memória coletiva sobre a escravidão” (ÁVILA et al, 2018, p.). Ainda que, “a cultura e a cidadania ganham destaque como importantes elementos de inclusão e valorização na promoção de um diálogo intercultural, em que as culturas afrodescendentes e indígenas são trazidas para reflexões” (Ibidem, p. 8).

Figura 1: Fonte das Nereidas em Pelotas/RS



Fonte: XAVIER, 2006, p.78.

Figura 2: Fonte das Nereidas, 2005



Fonte: XAVIER, 2005, p. 83.

O chafariz, instalado na Praça Coronel Pedro Osório, é popularmente conhecido como Fonte das Nereidas. Não existem informações sobre como este nome foi atribuído a fonte, pois os chafarizes, quando foram comprados e instalados, não tinham nome e a fonte era simplesmente chamada na época de Chafariz da Praça Pedro II. [...] A Fonte das Nereidas é a mais rica em elementos das quatro fontes de Pelotas. [...] No espelho d’água se encontram as quatro figuras femininas montadas em cavalos marinhos. Sobre os ombros elas carregam jarros de onde esguicha água. São estas figuras que dão ao chafariz o nome de Fonte das Nereidas (XAVIER, 2005, p. 75-83).

O chafariz conhecido como Fonte das Nereidas, é utilizado no final de ano para produções natalinas ou outros eventos carnavalescos que eram realizados no quadrilátero do Teatro Guarani até a Rua Quinze de novembro. Local esses que, por suas ruas e entorno as pessoas colocavam suas cadeiras de praias e acompanhavam os desfiles carnavalescos. O carnaval é uma cultura da população negra, que antes conhecidos como os cordões, blocos e escolas de samba, ora passando pelas Irmandades, Confrarias e

Clubes Negros, como o Fica Ahí.

Ressaltando que, o apagamento de marcos históricos em uma urbe tem um significado próprio, um projeto urbano, no qual é preciso descortinar essa intencionalidade na cidade e rever os marcos apagados seus sentidos e esquecimentos incluindo a comunidade negra, seja pela dor seja pela não identificação:

A Praça Coronel Pedro Osório faz parte do segundo loteamento da cidade de Pelotas, cujas terras pertenciam à Mariana Eufrásia da Silveira, doadas a ela por ordem do governador Dom Diogo de Souza, em 1812. Durante sua história, a Praça sustentou vários nomes, como Praça da Regeneração, Praça D. Pedro II e Praça da República, até chegar em seu nome atual. A Praça Cel. Pedro Osório apresenta oito entradas, abundante arborização e um chafariz chamado “As Nereidas”, localizado no ponto central. O chafariz “As Nereidas” foi importado da França pela Companhia Hidráulica Pelotense, em 1875, juntamente com mais três chafarizes; na época, a finalidade era ornamentar os jardins públicos e, também, abastecer de água a população que habitava o entorno das praças. O chafariz “As Nereidas” substituiu o pelourinho, erguido em 7 de abril de 1832, como símbolo da autonomia do Município. Entre os monumentos da Praça, se destacam as obras do escultor pelotense Antônio Caringi, que foi criador do monumento ao Cel. Pedro Osório, monumento à Mãe Pelotense e o Relógio Solar. O entorno da Praça Cel. Pedro Osório é onde se encontra o maior número de exemplares arquitetônicos construídos no período entre 1870 e 1930 (IBGE, 2016).

Coadunando com esse pensamento, reflexões essas não detinham do conhecimento e das perspectivas de valorização e empoderamento de sua narrativa partindo-se da sua genealogia, de suas memórias e lembranças familiares, que constituem uma territorialidade, a subjetividade em cada narrativa, cada contexto social e a ocupação do território. Narrativa essa quando, meu avô – João dos Santos Soares – migra de Canguçu para Pelotas, sozinho e em busca de emprego, sendo que a mãe e as irmãs permanecem na cidade de origem e, a partir desse momento a ruptura familiar é iniciada. Do meu ancestral só conheço essa história, porque não tivemos a oportunidade de conversar sobre ele e toda a sua trajetória de vida. Trajetórias que, hoje valorizo e resalto a importância para constituir-me como uma descendente de gaúcho e toda a sua ancestralidade negra – oculta -, suas lutas, suas resistências e (re)existências, com um processo de apaga-

mento, de identidades subtraídas e de memórias esquecidas.

A cidade de Canguçu é uma circunvizinhança de Pelotas com os “primeiros colonizadores que se tem notícias foram os Açorianos, vindos da Ilha de Açores, colônia de Portugal. Depois deles é que chegaram os demais imigrantes, alemães, italianos, palestinos, japoneses, africanos” (PREFEITURA DE CANGUÇU, 2021).

Tal proximidade entre esses territórios advém de migrações e emigrações por busca de trabalhos, de melhores condições de vida e de sobrevivência, onde “na zona rural de Pelotas, a partir dos documentos primários e da tradição oral, podemos apontar um local ideal para a busca da liberdade através das fugas e aquilombamentos” (ÁVILA et al, 2018, p. 7.). Aquilombamento que, realizava-se pelo Morro Quinongongo, “um local de difícil acesso à população pelotense, pois está localizado na zona rural da Cidade, apontado pela Comunidade como o local onde os Quilombolas do século XIX se refugiavam” (ibidem) e, por registros fotográficos é possível “visualizar uma plataforma de pedra que possibilita o sujeito avistar de um lado a cidade de Pelotas, e de outro lado, a Cidade de Canguçu” (ibidem).

Diante disso, uma das hipóteses da migração da família de meu avô materno para a sua de Pelotas, advém da proximidade geográfica, do mercado de trabalho e das perspectivas de expansão territorial que já era marcada desde o século XX por seu comércio, as charqueadas, na produção de algodão e arroz e entre outras atividades que exigiam mão de obra escravizada para desenvolverem-se.

Tratando-se, da representatividade no/dos “Aquilombamentos” estão presente em todo o território nacional, com exceção do Acre, conforme apresentam as autoras Silva e Soares (2020, p.39):

É essencial para entender as Comunidades Remanescentes de Quilombo como territórios ancestrais negros, escravocratas, rurais, agrícolas, familiares e com tradições, costumes e hábitos próprios, que ao longo dos anos e dos séculos foram transmitidos de geração em geração, sem se perceber ou atentar sobre a importância e a relevância de sua maneira de ser, de viver e de produzir ser o motivo pelo qual ainda permanecem e resistem nessas localidades. Localidades que podem estar nos grandes centros urbanos, como o caso da Comunidade Sacopã na cidade do Rio de Janeiro, ou do bairro do Cabula, do Pirajá e de São Bartolomeu em Salvador, como também nos diferentes estados brasileiros onde é possível encontrar comunidades negras urbanas, rurais ou mistas, em que o contato com o entorno é o responsável por sua sobrevivência até os dias atuais. Contato este que,

se remetermos ao passado histórico, os escravizados já o exerciam quando realizavam as trocas comerciais, nas atividades de quituteiras ou escravas de ganho, dos feirantes, dos caixeiros viajantes e assim sucessivamente. Indivíduos que durante o dia trabalhavam nos centros urbanos ou entorno e à noite retornavam para as senzalas, os cortiços, as pensões e casas alugadas coletivamente. ÁVILA et al, SILVA; SOARES, 2018, p. 39. In: SOBREIRA et al, 2020.

Partindo-se da afirmação supracitada, poderia entender a origem quilombola de minha família materna oriundo de Canguçu? Do cuidado com a terra e o amor pelas plantas que tinha meu avô? Do trabalho árduo para sustentar uma família com seis filhos? Tantos e tantos questionamentos poderiam ser ressaltados, mas a minha biblioteca viva já não está mais presente para me contar todas as suas memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção acadêmica é constituída da territorialidade negra do sul do Brasil, no qual, o lugar de fala como pesquisadora, professora da Educação Básica e Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas propiciaram como trabalho de campo na Comunidade Remanescente de Quilombo na Bahia, ressignificar uma ancestralidade, as memórias e as narrativas familiares, que antes não eram valorizadas. Isso porque, como afirma minha mãe “antes não se perguntava”, logo, as histórias e as lembranças eram perdidas com o passar dos anos, com o distanciamento das famílias e, principalmente pelos presentes deslocamentos nos territórios. Territórios estes que, são marcantes na região sul, mas ainda desconhecidos de grande parte da população. Em suma, cabe ressaltar que o trabalho é um panorama da territorialidade que ainda requer estudos, relatos e narrativas para complementar e (re)construir os espaços, as terras e as cidades gaúchas da perspectiva afrocentrada e a afroreferenciada em sua multiplicidade de olhares. Olhares esses que, na pesquisa vertical com dados mais robustos sobre a cultura gaúcha, a história da cidade de Pelotas, o entrelaçamento com a história da comunidade negra e seu apagamento, bem como os planos urbanos que negam e destituem de lugar marcos históricos dessa presença em imagens, a imagem em texto e antagonizando com documentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- ARCGIS. Entorno geográfico de Pelotas/RS. Disponível em: <<https://www.arcgis.com/apps/PublicInformation/index.html?appid=cabeded4e3694e62902096cced3acbb3>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- AROCHA, Jaime. *Los afroamericanos de la esquina nororiental de América del Sur*. In: FINOCCHIETTI, Suzana. Los afroandinos de los siglos XVI al XX. Perú: UNESCO, 2004.
- AVILA, Cristiane Bartz de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; RIBEIRO, Ângela Mara Bento. História e Memórias: Traços de Territórios Negros em Pelotas/RS. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos Culturais em Cultura e Sociedade*. v. 04, ed. especial, fev. 2018.
- IBGE. Biblioteca – *Acervo dos municípios brasileiros (Pelotas/RS)*. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445792&view=detalhes>>. Acesso em 01 abr. 2021.
- GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. São Paulo: Ed. Vozes, 2018.
- LEÓN, Zênia. Pontes. A memória do ciclo do charque em Pelotas. Pelotas: Viva o Charque, ago., 2001. Disponível em: <<http://www.vivaucharque.com.br/cenarios/pontes.php>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- NUER. *Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação de terras*. Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos sobre identidade e relações interétnicas. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126162/Territórios%20Quilombolas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso 30 out. 2020.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Quem não pode atalhar, arroteia*. In: NASCIMENTO, Alexandre do. Histórias, culturas e territórios negros na educação: reflexões docentes para uma reeducação das relações étnico-raciais / Alexandre do Nascimento; Amauri M. Pereira; Luiz Fernandes de Oliveira; Selma M. da Silva (orgs). Rio de Janeiro: E-papers, 2008. Disponível em: <http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=1503&promo=5>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- PREFEITURA DE CANGUÇU. História do Município. Disponível em: <<https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/servicos/1002/historia-do-municipio/>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- PREFEITURA DE PELOTAS. *Bacias hidrográficas da zona urbana de Pelotas/*

- RS. Disponível em: < <https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=ffd50e34024149d181fe5e77438f9c8f>>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de fala* / Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos plurais/ coordenação Djamilia Ribeiro).
- VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia-histórica da presença negra do espaço urbano*. Orientadora Adriana Dorfman. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação em Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- SILVA, Lilian Soares da; SOARES, Liberací Maria Souza. *História Social da propriedade na perspectiva do território quilombola*. In: SOBREIRA et al. *História Agrária: conflitos e resistências (do Império à Nova República)* [recurso eletrônico] / Dayane Nascimento Sobreira, Júlio Ernesto Souza de Oliveira e Rafael Sancho Carvalho da Silva: organizadores. - Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: <<https://zenodo.org/record/4088975#.X6wjzGhKjDc>>. Acesso 11 nov. 2020.
- SILVEIRA, Melina Monks da; ALFONSO, Louise Prado; CRUZ, Larissa Osterberg da. *Cidade em disputa: narrativas do Passo dos Negros em Pelotas, RS*. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 55, p. 444-449, dezembro, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/103701/pdf>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- SOUZA, Heloísa Fochesato de. *Que lugar é esse chamado CTG?* In: GZH; ANTONELLO, Lizie. *Que lugar é esse chamado CTG?: É no ambiente das entidades que os costumes são preservados e passados por gerações*. *Gazeta Zero Hora*, Porto Alegre, 18 set. 2019. *Pioneiro Geral*. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/09/que-lugar-e-esse-chamado-ctg-11537214.html>>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- XAVIER, Janaina Silva. *Chafarizes e Caixa D'Água de Pelotas: Elementos de modernidade do primeiro sistema de abastecimento (1871)*. Orientador: Carmen Regina Bauer Diniz. 2005. Monografia (Pós Graduação em Artes – Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2005. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/12/Jana%C3%ADna-Silva-Xavier-%E2%80%93-2006.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2021.

Recebido em 15/02/2021

Aprovado em 24/06/2021